

Tamanho do ajuste definirá acordo

WASHINGTON — Existe, no Tesouro norte-americano e nos organismos internacionais, um claro reconhecimento das limitações políticas que o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, enfrenta para prosseguir numa política de austeridade. A compreensão dessas dificuldades não significa, porém, que o ministro conseguirá negociar o acordo que deseja. Durante sua visita ao Tesouro, por exemplo, o secretário de Planejamento, Pedro Parente, foi aconselhado a não superestimar a influência que o governo norte-americano tem sobre o FMI.

O conselho não reflete a realidade, mas sugere, no mínimo, que Marcílio tem um árduo trabalho à frente para assegurar o apoio político de Washington, sem o qual dificilmente fechará um acordo.

A dúvida é se o ministro da Economia conseguirá completar a operação insistindo na tese de que o governo federal só se compromete com o que pode cumprir. Embora a disposição brasileira seja elogiada como sinal de seriedade, teme-se, em Washington, que, no quadro político do momento, as medidas que a administração Collier pode honestamente prometer a executar fiquem muito aquém do que o FMI consideraria o mínimo indispensável para fechar um acordo.

Simulações feitas pelo Tesouro e pelo Fundo indicam que mais da metade do ajuste fiscal feito no ano passado decorreu do não-pagamento de obrigações das dívidas interna e externa, o que fez efeito só uma vez e não pode ser repetido.

Apesar do ceticismo com que vêem o que o governo já fez e poderá vir a fazer para colocar a economia nos eixos, o FMI e o governo dos Estados Unidos tampouco estão numa posição confortável. Não fazer um acordo com o Brasil significa desacreditar Marcílio, filosoficamente um aliado, e provocar o descarrilamento do acordo sobre juros atrasados com os bancos, abortando o processo de normalização das relações entre o maior devedor do Terceiro Mundo e a comunidade financeira internacional.